

REGULAMENTO CRÉDITO EDUCATIVO

O presente Regulamento versa sobre as condições gerais, regras de concessão e restrições do benefício que será concedido pela UCEFF Faculdades aos alunos aderentes do “CRÉDITO EDUCATIVO”.

A UCEFF – UNIDADE CENTRAL DE EDUCAÇÃO FAI FACULDADES LTDA (UCEFF CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.882.782/0001-28, estabelecida na Rua Carlos Kummer, 100, Bairro Universitário, Itapiranga – SC, 89896-000; a UCEFF – UNIDADE CENTRAL DE EDUCAÇÃO FAI FACULDADES LTDA (UCEFF SÃO MIGUEL DO OESTE), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.882.782/0003-90 estabelecida na Rua Santos Dumont, 441, Bairro Centro, São Miguel do Oeste – SC, 89900-000; doravante denominada UCEFF FACULDADES, ou simplesmente como “INSTITUIÇÃO DE ENSINO”, deseja conceder aos alunos de GRADUAÇÃO matriculados na Instituição de Ensino, o programa descrito neste regulamento.

1. DO OBJETO

1.1 A UCEFF FACULDADES concederá crédito educativo aos alunos regularmente matriculados nos cursos de GRADUAÇÃO presenciais, presenciais híbridos e semipresenciais, observadas as disposições seguintes.

Parágrafo Primeiro: Os créditos deverão ser limitados por valores, por semestre, por curso, conforme orçamento definido internamente a cada semestre.

Parágrafo Segundo: Os prazos para o acadêmico solicitar o crédito Educativo serão definidos pela Instituição de Ensino.

2. DA SOLICITAÇÃO

2.1 Os candidatos ao crédito educativo deverão preencher um formulário de inscrição no endereço eletrônico <https://gestao.uceff.edu.br/>, realizar upload (envio de arquivos por computador) dos documentos solicitados de forma legível, para que a inscrição seja considerada válida e completa.

2.2. Sendo aprovada a solicitação de financiamento, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato e do grupo familiar se for o caso;

b) Carteira de Identidade (RG) do candidato e do grupo familiar se for o caso;

Obs: O RG deve respeitar o prazo de validade (10 anos). Caso esteja vencido, apresentar RG atualizado ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

c) Certidão de Nascimento do candidato menor de 18 anos e do grupo familiar se for o caso;

c) Certidão de casamento ou comprovação da existência de união estável no grupo familiar, ou se for o caso, com averbação do divórcio ou da separação judicial ou, sendo viúvo (a), certidão de óbito do cônjuge falecido;

d) Comprovantes de Rendimentos do candidato e dos demais integrantes de seu grupo familiar se for o caso; (anexo I especificação da documentação)

e) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do candidato e dos demais integrantes do grupo familiar maiores de 18 anos (Página de Identificação, Qualificação Civil, Último Contrato de Trabalho Assinado e a Página seguinte em branco);

Obs.: No caso do candidato e/ou demais membros do grupo familiar não possuem CTPS, apresentar declaração de próprio punho, com duas testemunhas.

f) Comprovante de residência atualizado (período de referência dentro dos últimos dois meses);

Obs.: Conta de água, gás, energia elétrica, telefone (fixo ou móvel), fatura de cartão de crédito. Em caso de imóvel alugado, apresentar contrato de aluguel em vigor, com firma reconhecida do proprietário do imóvel. Se não possui contrato de aluguel, apresentar declaração do proprietário do imóvel confirmando residência, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de um dos comprovantes de residência já citados acima.

Parágrafo primeiro: A renda do grupo familiar poderá ser recusada, caso os documentos não comprovem sua liquidez, ou seja, a renda apresentada esteja significativamente comprometida.

Parágrafo segundo: A UCEFF FACULDADES poderá requisitar documentação e informações complementares que entender necessárias para o fiel cumprimento dos requisitos e da real necessidade do Candidato ao sistema de crédito instituído neste regulamento.

2.3 O candidato deverá indicar 01 (uma) pessoa apta a integrar o Contrato Particular de Crédito Educativo e outras avenças como coobrigado (a) solidário (a) / fiador (a), observando os requisitos a seguir:

- a) Ser pessoa idônea durante toda a vigência do contrato, sob pena de substituição;
- b) Ter idade superior a 18 anos e no máximo 60 anos;
- c) Não ter registro de restrições financeiras;
- d) Não ser beneficiário (a) de qualquer outro sistema de financiamento;
- e) Não ser cônjuge do (a) candidato (a);
- f) Ser brasileiro (a) ou naturalizado (a) com residência e domicílio no Brasil;
- g) Não ser fiador de qualquer outra modalidade de financiamento estudantil.

2.4 A indicação do coobrigado (a) solidário (a) / fiador (a), deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Carteira de Identidade (RG);

Obs: O RG deve respeitar o prazo de validade (10 anos). Caso esteja vencido, apresentar RG atualizado ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

c) Comprovante de residência atualizado (período de referência dentro dos últimos dois meses);

Obs.: Conta de água, gás, energia elétrica, telefone (fixo ou móvel), fatura de cartão de crédito. Em caso de imóvel alugado, apresentar contrato de aluguel em vigor, com firma reconhecida do proprietário do imóvel. Se não possui contrato de aluguel, apresentar declaração do proprietário do imóvel confirmando residência, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de um dos comprovantes de residência já citados acima.

d) Certidão de casamento e, se for o caso, com averbação do divórcio ou da separação judicial ou, declaração de união estável. Sendo viúvo (a), certidão de óbito do cônjuge falecido;

Obs.: Se casado ou em união estável, apresentar fotocópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do cônjuge;

e) Comprovante de rendimentos sendo superior a 3 vezes o valor da mensalidade financiada do candidato, respeitado o mínimo de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais); (anexo I especificação da documentação);

f) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) (Página de Identificação, Qualificação Civil, Último Contrato de Trabalho Assinado e a Página seguinte em branco);

Obs.: No caso de o FIADOR não possuir CTPS, apresentar declaração de próprio punho, com duas testemunhas.

g) Quando for apresentado o pró-labore, este deverá ser acompanhado da respectiva sefip “arquivo RE e comprovante protocolo de transmissão aos órgãos competentes e comprovante de recolhimento de INSS;

Parágrafo Primeiro: O fiador poderá ser recusado, caso os documentos não comprovem sua liquidez, ou seja, a renda apresentada esteja significativamente comprometida.

Parágrafo segundo: A UCEFF FACULDADES poderá requisitar documentos e informações complementares que entender necessárias para o fiel cumprimento dos requisitos e da real necessidade do Candidato ao sistema de crédito instituído neste regulamento.

Parágrafo Terceiro: Em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pelo DEVEDOR, o FIADOR será incluído em eventuais protestos ou negativas junto ao Banco de Dados de Inadimplentes.

3. DOS REQUISITOS DE SELEÇÃO, OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRÉDITO

3.1 A seleção, concessão e manutenção do crédito obedecerão, fundamentalmente, aos seguintes critérios:

a) Matricular-se em todas as disciplinas da matriz curricular;

b) Estar em situação financeira regular junto à UCEFF FACULDADES, se inadimplente, regularizar os débitos;

c) Ter renda mínima per capita de 1,5 vezes o valor da mensalidade a ser financiada (50% da mensalidade);

d) Não ter renda máxima per capita de 3 vezes o valor total da mensalidade do curso (100,0% da mensalidade);

e) Apresentar comprovante de residência e renda atualizado do beneficiário e coobrigado solidário fiador, semestralmente;

f) Observar os prazos estabelecidos para a contratação;

g) Manifestar interesse semestralmente pela manutenção do crédito mediante termo aditivo em função dos componentes curriculares cursados durante o semestre;

h) Renovar a matrícula junto a UCEFF Faculdades obedecendo os prazos estabelecidos em calendário acadêmico;

i) A UCEFF FACULDADES se reserva ao direito de exigir outros documentos quando julgar necessário para a aprovação do crédito;

j) A UCEFF FACULDADES poderá requisitar informações complementares que entender necessárias para o fiel cumprimento dos requisitos e da real necessidade do Candidato ao Sistema de Crédito instituído neste regulamento;

k) Candidatos/Alunos que possuam a bolsa PROUNI, financiamento estudantil FIES ou Desconto Diplomado não terão direito a concessão de crédito da modalidade CREFÁCIL;

l) Se o (a) acadêmico (a) for pré-selecionado (a) no FIES ou em qualquer outra modalidade de financiamento ou da bolsa PROUNI (e aprovado), após a assinatura do contrato do CREFÁCIL, ele (a) deverá optar por um dos benefícios, ou seja, o (a) acadêmico não poderá acumular o CREFÁCIL e qualquer outra modalidade de financiamento estudantil ou bolsa PROUNI.

m) Candidatos/Alunos que tenham a bolsa FUMDES, algum desconto ou bolsa de estudos, poderão contratar o crédito, considerando os descontos ou bolsas de estudo para a parte não financiada.

n) Os alunos que estiverem matriculados nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino UCEFF, na modalidade de ensino 100% à distância, não terão direito a solicitar e aderir ao financiamento CREFÁCIL.

n.1) Os alunos matriculados nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino UCEFF, na modalidade semipresencial, poderão aderir ao Programa CREFÁCIL, desde que, cumulativamente, sejam preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento e que a mensalidade do curso seja igual ou superior ao valor de R\$800,00 (oitocentos reais).

o) Os estudantes beneficiados pelo “Programa Rotas” ou por outros Programas da UCEFF deverão se reportar às Portarias Específicas a fim de verificar se se enquadram ao Programa CREFÁCIL.

4. DO VALOR DO CRÉDITO

4.1 O crédito concedido corresponderá a 50% do valor dos componentes curriculares no período a ser cursado.

4.2 O (A) candidato (a) beneficiado (a) fica desde já ciente de que somente poderá financiar os valores referentes as mensalidades do curso de graduação, excetuando a parcela de matrícula/rematrícula.

5. DO CONTRATO

5.1 O (A) candidato (a) beneficiado (a) e o (a) coobrigado (a) solidário (a) / fiador (a) assinarão um Contrato Particular de Crédito Educativo e outras avenças, mediante assinatura eletrônica, pela Plataforma Clicksign, **devendo indicar seus endereços eletrônicos para tanto, de modo que reconhecem que as assinaturas eletrônicas, com ou sem a utilização de certificado digital emitido no padrão estabelecido pela ICP-Brasil, reputam-se válidas e eficazes, sendo consideradas como assinaturas originais, de acordo com o art. 10, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001.**

5.2 O direito ao crédito só emerge com a efetiva formalização do Contrato Particular de Crédito Educativo e outras avenças. Mediante a devolução do contrato assinado, será liberada a carta-crédito, que autorizará a quitação do serviço educacional de acordo com o valor pactuado.

5.3 O acadêmico que desejar trancar parcialmente qualquer disciplina no curso ou ocorrendo qualquer situação excepcional não prevista no presente Regulamento, será instalada Comissão por meio de portaria que emitirá parecer frente ao questionamento apresentado, não cabendo recurso da decisão proferida pela mencionada comissão.

6. DA RESTITUIÇÃO/PAGAMENTO

6.1 A restituição da quantia contratada obedecerá às seguintes condições:

- a) A exigibilidade da contraprestação ocorrerá conforme os vencimentos e prazos expressos em contrato, no dia 10 do mês subsequente à seriação aconselhada (tempo mínimo para conclusão), isto é, ao período de duração do curso, obedecida rigorosamente a grade curricular, segundo orientação da instituição de ensino, podendo, por motivos particulares e específicos do Beneficiário(a)/Acadêmico(a) e a exclusivo critério da UCEFF FACULDADES, ser prorrogado o prazo de utilização do crédito em caso de não conclusão do curso no prazo então previsto. Ocorrendo a conclusão do curso antes da data prevista, a restituição do crédito será automaticamente antecipada;
- b) As parcelas terão vencimentos mensais e sucessivos, em número igual ao de mensalidades de cobertura;
- c) O valor contratado será atualizado pela variação positiva do IGP-M/FGV e, caso este seja extinto ou tenha variação negativa, a atualização dar-se-á pelo INPC, desde a concessão de cada parcela até o mês da efetiva restituição, de modo que o valor a ser restituído à CONTRATADA/CREDORA será no mesmo número de parcelas pactuadas em contrato, sendo mensais e sucessivas com vencimento no dia 10 de cada mês.

7. DO CANCELAMENTO

7.1. Constituem-se motivos para cancelamento do crédito e antecipação da exigibilidade da contraprestação, entre outros, os seguintes:

- a) Solicitação do (a) beneficiário (a);
- b) Trancamento de matrícula no máximo de dois semestres;
- c) Desistência do curso;
- d) Conclusão do curso;
- e) Reprovação acima de 25%;
- f) Transferência de instituição de ensino;
- g) Inadimplência do valor não financiado por semestre, em caso de inadimplência de parte não financiada, o financiamento referente ao CREFÁCIL não será novamente concedido, senão com o pagamento integral do valor devido (não financiado), sem possibilidade de renegociação (parcelamento);
- h) Óbito do (a) beneficiário (a);
- i) Inobservância das condições estabelecidas no presente Regulamento e no Contrato Particular de Crédito Educativo e outras avenças;
- j) Contratação de FIES, de bolsa de PROUNI ou de qualquer outra modalidade de financiamento ou de bolsa estudantil.

7.2 O período de restituição terá início imediatamente após a rescisão/resilição do contrato. Se o CONTRATANTE não realizar o pagamento na forma acordada, a CONTRATADA poderá exigir o pagamento de todas as parcelas, considerando que o inadimplemento resultará no vencimento antecipado das demais parcelas, caso em que se tornarão imediatamente exigíveis.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela UCEFF FACULDADES.

8.2 Os dados e demais informações serão tratadas de acordo com os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), com observância aos princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados.

8.3 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Itapiranga (SC), 01 de julho de 2024.



UCEFF – UNIDADE CENTRAL DE EDUCAÇÃO FAI FACULDADES LTDA.
Leandro Sorgato

ANEXO I

Comprovante – São considerados comprovantes de Residência/Rendimentos/União Estável os seguintes documentos, conforme situação.

Item A. Comprovante de residência.

- Conta de água, gás, energia elétrica, telefone (fixo ou móvel); Contrato de aluguel em vigor, com firma reconhecida do proprietário do imóvel; Declaração do proprietário do imóvel confirmando residência, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de um dos comprovantes de conta de água, gás, energia elétrica ou telefone em nome do proprietário do imóvel; Fatura de cartão de crédito. (Comprovantes atualizados, do mês anterior da apresentação)

Item B. Comprovação de rendimentos.

I - Para comprovação da renda devem ser apresentados documentos conforme o tipo de atividade.

II - Para cada atividade, existe uma ou mais possibilidades de comprovação de renda.

III - Deve-se utilizar pelo menos um dos comprovantes relacionados.

- Assalariados:

- Três últimos contracheques, no caso de renda fixa. Seis últimos contracheques, quando houver pagamento de comissão ou hora extra;
- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
-CTPS registrada e atualizada;
-CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
- Extrato da conta vinculada do trabalhador no FGTS referente aos seis últimos meses;
- Extratos bancários dos últimos três meses.

- Atividade Rural

- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso;
- Extratos bancários dos últimos três meses, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- Notas fiscais de vendas dos últimos seis meses (Declaração de venda).

- Aposentados e pensionistas

- Extrato atualizado do pagamento de benefício, obtido por meio de consulta no endereço eletrônico < <http://www.mpas.gov.br> >;
- Extratos bancários dos últimos três meses, quando for o caso. - Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

- Autônomos - Profissional Liberal

- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso;
- DECORE – Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando rendimentos e retirada de lucros, numerada e assinada por contador inscrito no CRC, anexo, com média dos três últimos meses, com assinatura reconhecida em cartório (original);

-Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
-Extratos bancários dos últimos três meses.

- Sócios e Dirigentes de Empresas

- Três últimos contracheques de remuneração mensal. No caso de **Pró-labore** anexar os três últimos comprovantes de pagamento acompanhando da respectiva SEFIP “arquivo RE e comprovante de protocolo de transmissão aos órgãos competentes e comprovante de recolhimento de INSS;
- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
–Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso;
- Extratos bancários dos últimos três meses, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- DECORE – Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando rendimentos e retirada de lucros, numerada e assinada por contador inscrito no CRC;
- Contrato social;
- Balanço financeiro de empresa (cópia).

- Desempregados:

- Cópia do último comprovante de seguro-desemprego;
- Rescisão contratual;
- Comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- Declaração de **próprio punho**, com data atual, que não exerce atividade remunerada, reconhecida firma em cartório.

- Rendimentos de Aluguel ou Arrendamento de Bens Móveis e Imóveis:

- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição;
- Extrato bancários dos últimos três meses;
- Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

Item C. Comprovação da existência de união estável no grupo familiar.

- Certidão ou documento similar emitido por autoridade de registro civil;
- Comprovação de união estável emitida por juízo competente;
- Declaração, sob penas da lei com duas pessoas que atestem a existência da união estável;
- Certidão de casamento religioso.